

# ECONOMIA DE SAÚDE EM RADIOLOGIA INTERVENCIONISTA

Seguindo a tendência de outros países, muitos sistemas de saúde, como o Sistema Único de Saúde (SUS), assim como as operadoras de planos de saúde no Brasil estão modificando a maneira de analisar os procedimentos no setor baseando-se em indicadores de qualidade de vida, eficiência, na definição econômica de redução de gastos com maximização de benefícios e, com isso, balizar o financiamento do processo de diagnóstico e tratamento de saúde. Tal modificação vem motivando o desenvolvimento de diversos estudos na área de economia de saúde, cuja intenção é demonstrar, entre outras informações, custo e efetividade, impacto orçamentário e replicabilidade de resultados.

Medir os custos e benefícios relacionados à prestação de saúde é um desafio complexo, pois os mesmos diferem da perspectiva das partes interessadas (paciente, médico e gestores dos sistemas de saúde, sejam do SUS ou de operadoras de planos de saúde). Condição do paciente (análise de risco), custos dos cuidados prestados, análise de custos indiretos e acesso aos dados de custos por múltiplas perspectivas são algumas das condições que podem influenciar as políticas de saúde com possível expansão do volume de procedimentos intervencionistas.

A Radiologia Intervencionista (RI) é um excelente exemplo para demonstrar o valor do procedimento médico, sobretudo pela capacidade da especialidade em realizar procedimentos minimamente invasivos, muitas vezes ambulatoriais, e que reduzem o tempo de recuperação, com importante impacto para a sociedade. Entretanto, somos constantemente cobrados para demonstrar mais evidências de alta qualidade para validar a eficácia dos procedimentos de RI e o impacto geral sobre os processos de atendimento ao paciente, os resultados dos tratamentos e os custos para as várias partes envolvidas. A economia da saúde é capaz de demonstrar que mesmo com um custo unitário por vezes maior que o de um procedimento convencional, os benefícios do procedimento intervencionista podem gerar grande economia na ótica dos custos globais do tratamento, ou seja, ele é economicamente eficiente, com maximização dos benefícios aos pacientes e aos sistemas de saúde, com economia dos custos globais do procedimento.

Na RI, a mensuração destes custos não é tão simples



em razão da grande variedade de doenças em diferentes órgãos e sistemas que atuamos. Além disso, eles variam no volume de pacientes tratados e os riscos clínicos associados a cada procedimento. Como exemplo podemos citar dois procedimentos, um deles com grande volume de casos e baixo risco como as drenagens percutâneas, e no outro extremo, com pequeno volume de casos e alto risco, como o TIPS.

Entender essa ciência e suas variáveis requer grande dedicação de nossa parte, haja vista que este é um assunto que devemos compreender, pois com a implementação da Lei 12.041 de 2011 para o SUS e, posteriormente, para o Sistema de Saúde Suplementar, seguramente será determinante na nossa maneira de trabalhar.

A SOBRICE, em parceria com a empresa MAPESolutions, que atua na área de soluções de acesso ao mercado na área da saúde, está dando alguns passos importantes dentro da economia de saúde com o desenvolvimento de dossiês de avaliação em tecnologia de saúde (ATS), documento complexo com diversas análises econômicas necessárias para inclusão de novas tecnologias no sistema privado e no público, com o objetivo de ampliar e incluir técnicas de ablações tumorais no rol da Agência Nacional de Saúde (ANS) e no sistema público (SUS).

Em breve retornaremos com mais notícias e detalhes sobre os avanços deste projeto inovador com importante impacto para a RI brasileira.

DR. LUIZ SÉRGIO PEREIRA GRILLO JR.  
Diretor de TI da SOBRICE

DR. MARCELO EIDI NITA  
Diretor MAPES